

Capoeira escolar e a lei 10.639/2003: saberes socioculturais africanos e afro-diaspóricos no ensino na educação básica

School capoeira and law 10.639/2003: african and afro-diasporic sociocultural knowledge in basic education teaching

Carlos Luis Pereira
Lucas Souza Brites
Hiosney Gerônimo Farias da Silva
Ceciliano Souza Rocha
Sildemar Estevão Venâncio
Neli Regina Corrêa Venâncio

Resumo: Um dos desafios atuais da escola tem sido a busca por uma educação e ensino que valorizem e incorporem no currículo praticado os conhecimentos, cultura e história africana e Afro-Brasileira estabelecido pela Lei nº 10.639/2003, na educação básica. Dessa forma, a presente pesquisa teve como proposição o ensino da capoeira para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Justifica-se pelos estudantes brasileiros finalizarem a Educação Básica carecem de conteúdos de ensino na Educação Física acerca da matriz africana e Afro-Brasileira. A pesquisa teve abordagem qualitativa de natureza exploratória e, nos procedimentos da pesquisa-ação. Verificou-se importante motivação intrínseca para aprendizagem da capoeira; Verifica-se pouco ensino da capoeira no contexto escolar; Conclui-se que a efetivação explícita da capoeira escolar nas aulas de Educação Física contribui para o cumprimento explícito da Lei nº 10.639/03.

Palavras-chave: Capoeira; Educação Física escolar; Lei 10.639/2003; Étnico-racial; Alunos.

Abstract: One of the current challenges of schools is to find a way of teaching and learning that values and incorporates African and Afro-Brazilian knowledge, culture, and history, as established by Law 10.639/2003, into the basic education curriculum. Thus, the purpose of this research was to teach Capoeira to students in their first years of primary school. This is justified by the fact that Brazilian students who finish primary school lack teaching content in physical education about African and Afro-Brazilian matrices. The research adopted a qualitative, exploratory approach and used action research methods. There was a significant intrinsic motivation to learn Capoeira; there is little teaching of Capoeira in the school context; it is concluded that the explicit implementation of school Capoeira in Physical Education classes contributes to the explicit fulfilment of Law nº.10.639/03.

Keywords: Capoeira; School Physical Education; Law 10.639/2003; Ethnic-racial; Students.

Introdução

Um dos desafios da educação brasileira em todos os níveis e modalidades de aprendizagem no passado e nos dias atuais configura-se em materializar no currículo praticado, quer dizer no chão da sala de aula, uma



educação e ensino com intencionalidade de contemplar a importante pluralidade cultural e diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira representada nas escolas.

Na Educação Básica brasileira a escola, espaço de inclusão e de assegurar os direitos de aprendizagem do aluno, tendo como guisa a missão de ensinar a história, a cultura e os conhecimentos científicos produzidos pelo continente africano.

Concordando com Diop (2016), falar sobre conhecimentos científicos é uma tarefa árdua, ainda mais quando estes são produzidos por pessoas de pele escura, situados no continente africano e de sociedades ágrafas, sendo assim suas epistemologias não foram reconhecidas e, muitas delas legitimadas pelos intelectuais do Norte, quer dizer do continente europeu oriundos de sociedades da cultura escrita. Dessa forma, toda racionalidade de história, de cultura e científica transmitida pelo currículo escolar de hegemonia do saber de base eurocêntrica, brancocêntrica, pro-duzida pelos pensadores europeus e estadunidenses.

No breve recorte temporal acima desvela ausência proposital na historiografia da educação brasileira da história, da cultura e das ciências produzidas pelos pensadores africanos e sua diáspora, mesmo sendo a África o berço da cultura e da história da humanidade.

Para romper com a colonização do saber e cultura eurocêntrica e branca no ensino básico brasileiro, a desobediência epistêmica e cultural ocorreu em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639/03, essa estabelece o ensino da História e da Cultura de África e Afro-Brasileira em todas escolas e componentes curriculares do país, visando ensinar aos alunos o momento onde tudo começou, além de contribuir para (re) construção positiva da identidade étnico-cultural principalmente dos alunos afrodescendentes.

Na mesma direção Pinheiro (2023), aponta urgência e emergência da escola ensinar aos alunos práticas pedagógicas culturais de matrizes africanas e sua diaspórica tais como o congo, a capoeira, danças, brincadeiras, jogos e lutas.



Em nosso entendimento embasado na perspectiva teórica de Tardif (2014), para o cumprimento explícito da lei citada no chão da sala de aula, um ponto central configura-se na formação inicial instrumentalizar os futuros professores com saberes disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais acerca da Lei nº 10.639/03, porque o professor é o responsável pelo processo didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de ensino.

Nos cursos de formação de professores, estabelece carga horária mínima de 3.200 horas-aulas, porém nas matrizes curriculares reveladas pela pesquisa de Alencar et al (2023), consta uma disciplina entre 45 ou 60h sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, quer dizer os professores têm a formação incipiente sobre tal tema e seus desdobramentos, desvelou que mesmo 94% tenham conhecimento da Lei nº10.639/2003, apenas 36% ministram conteúdos de ensino de matrizes africanas revelando descompasso com o marco jurídico e educacional da Lei nº 10.639/03 que estabelece obrigatoriedade, porém a lei por si só não entra em sala de aula, a mesma depende da ação pedagógica dos professores.

A formação insatisfatória dos professores de Educação Física sobre a Lei nº 10.639/2003, apontou a pesquisa de Andrade (2023), lei que completou 20 anos em 2023, mesmo assim os alunos no ensino na Educação Básica possuem poucos ou quase nenhuns saberes sobre conhecimentos socioculturais de matrizes africanas e sua diáspora.

Para aumentar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem no ensino na Educação Básica, em maio de 2024, o Ministério da Educação (MEC), divulgou a política pública para formação continuada de professores alinhada com a educação das relações Étnico-Raciais (Brasil,2024).

Uma prática recorrente nas escolas brasileiras tem sido dedicar o dia 20 de novembro para discussões acerca da Lei nº10.639/03, sendo os professores de Educação Física responsáveis pelas atividades dentre elas destaca-se a capoeira, essa cultura escolar, revela o racismo epistêmico presente na educação brasileira.



A escola atualmente não pode posicionar-se imparcial e com neutralidade acerca do racismo que existe na escola e na sociedade, porque o racismo institucional se faz presente na cultura escolar, bem como nos livros didáticos.

Para Munanga (2005), a escola dos tempos atuais precisa assegurar no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) pedagógicas decoloniais e antirracista visando superar os 50 tons de racismo à brasileira existente de diversas formas na escola tais como no didático que inferioriza os sujeitos pretos e supervaloriza os sujeitos brancos, mostrando superioridade intelectual do branco sobre o negro nas aulas de Educação Física que muito pouco tem sido ensinado acerca das danças, jogos e brincadeiras africanas.

Conforme assevera Benite (2020), somente a partir da descolonização dos currículos escolares ainda comprometidos com a transmissão das epistemologias de pensadores brancos reafirma o racismo epistêmico, entretanto um caminho apontado pela autora visando descolonizar saberes seria promover vivências raciais dos alunos com conhecimentos e culturas africana e afro-brasileira na sala de aula.

Concordando e seguindo na mesma direção Posser, Figuer e Cordeiro (2024), ressaltam a importância para os alunos pretos e pardos a representatividade positiva por meio de professores negros, da vivência no cotidiano da escola de musicalidade, danças, jogos, lutas e brincadeiras produzidos ao longo da história da humanidade advindos do continente africano e sua diáspora.

Nas aulas de Educação Física que continua filiada à concepção filosófica greco-romana de corpo belo, torneado, branco e atlético, uma concepção de corpo de eugenia, representada nas aulas de Educação Física nas práticas corporais de movimento humano e, muito pouco como aponta Silva (2023) e Andrade (2023), nos conteúdos de ensino de dança, jogos e brincadeiras na perspectiva africana.

Na pesquisa de Pereira (2023), nas aulas de Educação Física engendrada na perspectiva cultural têm potencialidade para efetivação da lei nº



10.639/03, buscando apropriação dos alunos da vasta gama de saberes socioculturais de matrizes africanas, visando à formação integral do aluno.

Na perspectiva teórica de Pereira (2020) e Silva (2023), um dos desafios atuais configura-se em efetivar nas rotinas de aprendizagem os fundamentos teóricos, metodológicos da capoeira, prática corporal de movimento humano símbolo da nossa herança cultural Africana e Afro-Brasileira, reconhecida em 2014 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Cultura e Ciência (UNESCO) Patrimônio Imaterial da humanidade, em razão da mesma simbolizar a história da resistência e resiliência dos negros no Brasil, durante e após a escravidão.

Na afirmativa de Pereira (2020) e Jesus e Gonçalves (2023), apesar da Lei Federal de 9 de Janeiro denominada nº10.639/2003, estabelecer a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira em todas disciplinas escolares, em todas escolas privadas e públicas no ensino na educação básica, a sua efetivação no currículo em ação está aquém do esperado, porque a lei sozinha não entra no “chão da sala de aula.

Ainda conforme muito bem explica Pereira (2020;2023) embasado na perspectiva teórica de Silva (2011), o currículo não é apenas um artefato social e cultural e, sim um documento que atravessa a dimensão política, racial e de gênero e pedagógico, que na maioria das vezes representa a cultura de quem o produziu e propositalmente exclui a história e a cultura produzidas pela história da humanidade de ancestralidade e historicidade milenar produzidas pelo continente africano.

Seguindo esta esteira de discussão, os pensadores negros Fanon (2008) e Diop (2016), problematiza a questão da ausência dos corpos negros nas salas de aula em vários períodos da História do Brasil.

Continuando a discussão acima em 1824, a primeira Constituição Federal legitimava a exclusão destes corpos no processo de escolarização, quando a pele negra invisibilizada e marginalizada adentra à escola, o currículo no passado e nos dias atuais, representa a cultura e o conhecimento eurocentrado.



Dessa forma, é uma insurgência à Lei nº 10.639/03, porque a mesma configura-se como um giro decolonial e antirracista para o ensino na Educação Básica, trazendo como principal reivindicação a inclusão da cultura africana e afro-brasileira na sala de aula, em particular nas aulas de Educação Física.

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Pereira (2020), efetivar no currículo praticado o ensino da capoeira, configura-se em promover o currículo afrocentrado no ensino na educação básica promover um ensino culturalmente significativo para todos alunos, principalmente dos pretos e pardos da etnia negra, ensinando as contribuições da capoeira para o fortalecimento da identidade étnica e cultural destes alunos.

Concordando com às teorias curriculares, em Silva (2011), a perspectiva do currículo associado às teorias pós-críticas em que a cultura ocupa centralidade questões como raça, etnia, gênero, representação e identidade são discutidos para inclusão nos conteúdos de ensino das unidades temáticas das disciplinas na educação básica, em particular da Educação Física, objeto desta presente pesquisa.

Dessa forma, tanto a Lei nº 10.639/2003 e a perspectiva do currículo Pós-Crítico, estão comprometidos em dar voz aos sujeitos que historicamente tiveram seus saberes, culturas e ciência apagados em todo processo histórico da historiografia da educação brasileira, incluindo no currículo em ação o ensino da capoeira escolar, cultura imaterial de resistência do povo negro brasileiro (Silva,2011).

Na assertiva de Pereira (2020),a capoeira é uma potente ferramenta para gerar debates na escola, e promover, além da efetivação da Lei nº10.639/2003, a Educação das Relações Étnico-Raciais em todas as etapas da Educação Básica, em particular nas aulas de Educação Física, problematizando questões raciais a partir da capoeira.

Segundo Rêgo (2015),a capoeira em sua gênese está diretamente ligada aos elementos culturais africanos existem duas vertentes sobre essa origem: a primeira, uma capoeira de concepção africana da Região de Angola, África, que chega ao Brasil durante a diáspora africana no período da escravidão; a segunda concepção e, mais aceita apresenta sua construção



como uma arma de resistência às situações de submissão impostas aos negros, já em território brasileiro, durante o período escravocrata.

Segundo Lima (2007), afirma que nos navios negreiros que cruzam o Atlântico estava o embrião da Capoeira Brasileira. Dispondo de certa ousadia, atrevo-me a dizer que a capoeira é “filha de africanos nascida no Brasil e disseminada inicialmente nas províncias da Bahia, Espírito Santo e no Rio de Janeiro, a posteriori nas demais províncias brasileiras.

Segundo Reis (2010), a essência da capoeira busca suas origens nos quilombos brasileiros da época colonial, quando os negros escravizados usavam o próprio corpo como arma de defesa, dessa forma entendemos a prática da capoeira como instrumento de resistência e resiliência dos negros no passado aos dias atuais.

Adorno (2017), faz um destaque ao Quilombo dos Palmares: O líder de Palmares mais conhecido foi Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência à dominação, referência legada tanto às gerações africanas trazidas ao Brasil quanto aos seus descendentes afro-brasileiros.

Para reafirmação identitária da população negra autodeclarada, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, apenas 9,1% da população se declarou como pretos, e reparo das mazelas identificadas em torno da história afro-brasileira, como forma de reparação dos danos causados aos direitos corrompidos e silenciados da população negra fica firmado o compromisso do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras de acordo preconiza a Lei 10639/03 (Brasil, 2021).

Esta pesquisa justifica-se com base na Lei nº 10639/2003, esse marco jurídico e educacional estabelece obrigatoriedade da inclusão no currículo da História e da Cultura Afro-Brasileira e africana em todas as escolas e disciplinas dos currículos escolares da Educação Básica brasileiras, em particular nas aulas de Educação Física.

Dessa forma, a presente pesquisa ainda justifica-se pelo volume aquém do esperado da efetivação explícita Lei n.º 10.639/2003 no currículo praticado das aulas de Educação Física em todas as etapas da Educação Básica,



materializado pela unidade temática capoeira escolar, este avançado marco educacional e jurídico estabelece obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Africana e Afro-Brasileira em todas disciplinas escolares em todas escolas brasileiras (Brasil, 2003).

A motivação para pesquisa foi a partir das observações provindos do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, do Departamento de Educação-Campus X, da Universidade do Estado da Bahia, localizada em Teixeira de Freitas-Ba, acerca da ausência das culturas de matrizes africanas nas aulas de Educação Física, em particular do conteúdo de ensino capoeira, objeto de conhecimento desta pesquisa.

A relevância social desta pesquisa é descolonizar os saberes de uma educação física de base eurocêntrica e cunhada pela filosofia greco-romana de corpos belos, perfeitos e brancos.

De acordo com os teóricos de referência na literatura nacional sobre a capoeira, Hellio Campos (1990) e Pedro Abib (2000;2004), a capoeira é um patrimônio da cultural imaterial do Brasil trazida pelos negros D'África escravizados no Brasil, que mantiveram através da resistência seus saberes de capoeira, configurava-se o fortalecimento de sua identidade sociocultural começou a se manifestar no Brasil a partir do século XIX, sendo, a prática dessa modalidade associada pela sociedade colonial e imperial à marginalidade levando os seus praticantes a serem reprimidos e perseguidos.

De acordo com Abib (2004), a capoeira mesmo fazendo parte da cultura imaterial brasileira, por muito tempo foi marginalizada e proibida, por ser praticada por negros que utilizavam este modelo de luta como forma de defesa contra a opressão escravagista, assim, a modalidade caiu na clandestinidade, daí vem sua irreverência e musicalidade utilizadas para ludibriar os senhores de engenho.

A questão tomada para investigação foi se o ensino de capoeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental promove a efetivação explícita da Lei nº 10.639/03?



Sendo assim, o objetivo desta presente pesquisa, foi promover o ensino de capoeira para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental numa escola da rede pública municipal de Teixeira de Freitas- Ba.

Marco teórico

327

Na atual Base Nacional Curricular Nacional (Brasil,2018), estabelece seis unidades temáticas para seu ensino nos objetos de conhecimentos das lutas, brincadeiras, esportes, dança, lutas e atividades corporais de aventura, tais práticas da cultura corporal de movimento humano, progressivamente serão ensinadas no percurso de todas etapas da Educação Básica, sendo fundamental a Educação Física para formação integral do aluno (Brasil,2018).

Na BNCC, que é um documento normativo e orgânico que tem objetivo de promover igualdade de aprendizagens essenciais para todos alunos no decorrer da Educação Básica, cujo objetivo é o desenvolvimento de dez competências gerais.

No que refere-se ao componente curricular Educação Física, a BNCC estabelece seis unidades temáticas para o seu ensino na Educação Básica, entre elas a capoeira, materializada nas temáticas Brincadeiras e Jogos, Dança e Lutas na qual a capoeira é incorporada tendo como objetivo de conhecimento brincadeiras e jogos de matriz africana e indígenas, para reconhecimento e apropriação dos alunos da capoeira, importante patrimônio e herança histórica cultural do povo brasileiro (Brasil,2018, p.228).

Na afirmativa de Posser, Figuerôa e Cordeiro (2024), a cultura é ensinada na sala de aula, visando principalmente para os alunos afrodescendentes apropriação de saberes de ancestralidade e historicidade africana e afrodiaspórica importante para formação integral dos alunos.

Concordando com Neira (2017), a perspectiva da Educação Física cultural, corrobora para o ensino de saberes da cultura de movimento humano de matriz africana como por exemplo a capoeira, assegurando um ensino culturalmente significativo e para toda a vida.



Sobre a capoeira na concepção de Abib (2000), essa prática é concebida como uma manifestação cultural que se caracteriza por suas múltiplas dimensões, e ao mesmo tempo dança, jogo ou luta. Dessa forma, mantém ligações com práticas de sociedades tradicionais, como por exemplo do continente africano, nas quais não havia a separação das habilidades nas suas celebrações, característica inerente à sociedade moderna.

Ainda que alguns praticantes deem prioridade ora à sua face cultural, a seus aspectos musicais e rituais, ora à sua face esportiva, à luta e à ginástica corporal, a dimensão múltipla não é deixada de lado (Abib, 2000).

Ainda conforme Abib (2004), nas práticas atuais da capoeira permanecem coexistindo a orquestração musical, a dança, os golpes, o jogo, são características da capoeira. Para o autor, no contexto escolar, exige no ensino da prática da capoeira, ensinar, contextualizar e problematizar com os alunos aspectos históricos, ressaltando a luta dos negros para manutenção de seus saberes culturais, sendo a capoeira uma forma de resistência e resiliência do povo negro.

Segundo Campos (1990) e Abib (2000), as origens da capoeira remetem basicamente aos primeiros registros icográficos de origem na África Central e foi trazida intacta por africanos escravizados: a capoeira é criação de escravos quilombolas no Brasil; a capoeira é criação dos indígenas, daí a origem do vocábulo que nomeia o jogo.

Outros estudos recentes tenham comprovado a existência de danças guerreiras similares à capoeira, como mostrada no filme (A mulher Rei), não apenas na África Central, mas em outros países que fizeram parte da diáspora negra, porém cabe frisar que as culturas são construídas a partir das influências que as cercam, o que gera tanto rupturas quanto continuidades.

Nas palavras de Abib (2004) e Campos (2009), na atual modernidade há dois estilos estéticos da diáspora africana reescrita na capoeira brasileira, a saber, Regional “Baiana” e de Angola, essas duas têm como ponto central fazer parte da herança cultural Afro- Brasileira.

Na perspectiva teórica da renomada pensadora africana Chimamanda (2019), ao ensinar conhecimentos de outros povos e culturas, a escola



promove a inclusão das práticas corporais de movimento humano de matrizes africanas, bem como de uma educação e ensino multicultural e antirracista.

Na assertiva de Kilomba (2019), a problemática está na escola como instituição que transmite valores e concepções de mundo, em toda sua trajetória da humanidade ensinou para todas gerações e até os dias atuais prioritariamente o pensamento científico engendrado na racionalidade científica, cultural e histórica do século XVI produzida e de disseminada pela Europa no processo de colonização do saber para os países colonizados.

Conforme assevera Chimamanda (2019), o perigo da ciência, cultura e história única transmitida pelo currículo prescrito escolar, essa instituição que propositalmente silencia os conhecimentos e culturas de outros povos e, transmite apenas a ciência dentro da ótica masculina e na visão do colonizador.

Dialogando com Munanga (2005), a presença da capoeira na vivência de práticas corporais de movimento humano nas aulas de Educação Física, condiz com a perspectiva de uma educação e ensino antirracista e decolonial.

Em tessitura com Kilomba (2019), os episódios de racismo no cotidiano escolar, no âmbito da Educação Física se faz presente em práticas pedagógicas de origem europeia ou americana, reafirmando o histórico racismo epistêmico e cultural inscrito nos corpos dos alunos, que pouco aprendem sobre capoeira, congo, mancala, danças afro-indígenas e brincadeiras.

Na mesma linha de pensamento, na obra *Superando o Racismo na Escola* do pensador africano Kabenguele Munanga (2005) e Almeida (2019), aponta que um dos caminhos para superar o racismo que existe na escola, é a mesma compreender que o racismo está presente dentro das práticas pedagógicas da escola, como por exemplo, há resistência da escola para assegurar conteúdos de ensino de matrizes africanas, revelando o racismo epistêmico e cultural na cultura escolar.

Em contrapartida a BNCC, orienta e estabelece a apropriação do aluno ao longo da Educação Básica dentro dos conteúdos curriculares de ensino das disciplinas do currículo oficial das dez competências gerais dentre elas destaca-se conhecimentos de outros povos e culturas.



A BNCC que serve como uma diretriz nacional é um documento normativo que irá definir as demais aprendizagens essenciais para a formação de todos os alunos da Educação Básica e utilizando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Parafraseando Posser, Figuer e Cordeiro (2024), às seis unidades temáticas estabelecidas e seus desdobramentos nos conteúdos de ensino ao longo das etapas da Educação Básica está em consonância com a Lei nº 10.639/03, ao estabelecer dez competências gerais a serem adquiridas pelo aluno no decorrer da Educação Básica, dentre elas frisamos a centralidade da apropriação do aluno da cultura africana e indígena.

A Educação Física, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é componente curricular obrigatório em toda a educação básica. A Educação Física, pertencente à área de Linguagens e Códigos, sendo estabelecida pela BNCC seis unidades temáticas, o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, brincadeiras e esportes de aventura para o seu ensino no percurso da Educação Básica (Brasil,2018).

Mesmo diante do marco jurídico e educacional da Lei nº10.639/03, na pesquisa recente de Andrade (2023), aponta que nas aulas de Educação Física em todas etapas da Educação Básica, os alunos brasileiros carecem de aulas sobre conhecimentos de matrizes africanas e afrodiáspórica, desvelando prática educativa em descompasso com atuais orientações da BNCC que estabelece o ensino das seis unidades temáticas ao longo da Educação Básica.

Na mesma linha de pensamento nas pesquisas de Rosa, Santos e Neto (2024), revelou que mesmo sendo a capoeira importante herança cultural Afro-Brasileira na Educação Física faltam saberes teórico-prático e metodológico dos professores, para o seu ensino em todas etapas da Educação Básica.

Na mesma direção na pesquisa de revisão sistemática de Alencar et al (2023), mostrou escassez de materiais didático-pedagógico para dar suporte aos professores de Educação Física, além da falta de saberes experienciais dos docentes.



Seguindo tal discussão, nos apontamentos de Neto e Vasques (2024), nas aulas de Educação Física escolar, prevalece na prática pedagógica o ensino das lutas de Judô e de Karatê, uma das explicações dos autores, configura-se na ausência de saberes experienciais dos futuros professores, bem como das matrizes dos cursos de formação de professores que não asseguram tal componente curricular.

Na perspectiva teórica de Alencar et al (2023) e Neto e Vasques (2024), a cultura de aprende na escola, sendo este espaço privilegiado para o ensino das diversidades de culturas presente no Brasil, principalmente da Afro-Brasileira. Ainda segundo essa autora há exclusão dos conhecimentos de matrizes africanas nas escolas, entre eles da capoeira e demais saberes produzidos pelo continente africano.

Na proposição de Jesus e Lopes (2023), o ensino de capoeira e de outras práticas corporais de movimento humano da nossa herança cultural Afro-Brasileira, como por exemplo a capoeira escolar, pouco tem sido ensinado aos alunos nas aulas de Educação Física, sendo a formação incipiente de professores destes saberes experienciais da capoeira a justificativa para sua exclusão.

Dialogando com Hall (2019), na atual contemporaneidade a cultura ocupa centralidade no currículo escolar, dessa forma a capoeira sendo um patrimônio da cultura imaterial de ancestralidade e historicidade de África e Afro-Brasileira, sua prática deve ser assegurada nas aulas de Educação Física devido o país possuir 56,2% de pretos e pardos, refletido nas salas de aula, principalmente no ensino público, corroborando para o fortalecimento da identidade étnica e cultural de todos os alunos.

Dialogando com a proposição teórica de Chimamanda (2019), o perigo da história única nas aulas de Educação Física escolar está em assegurar saberes de uma única cultura, caracterizando um ensino monocultural e com práticas corporais de movimento humano de base eurocêntrica.

Segundo a perspectiva teórica de Silva (2011), o currículo não é apenas um artefato social e cultural, é um documento escolar, político, pedagógico,



racial e de gênero, que representa historicamente a cultura branca e eurocêntrica.

Embora ainda marcada pela herança colonial, como salienta Silva (2011), o currículo escolar ainda representa e legitima a história, cultura e os conhecimentos científicos eurocêntrica e brancocêntrica, entretanto a escola é um lugar privilegiado para promover a pluralidade das identidades e diversidades étnicas presente e sala de aula, bem como do reconhecimento e valorização das diferenças.

De acordo com Neira (2011), a educação intercultural não existe somente entre as nações, ele está no interior das nações, no interior das comunidades que as compõem, e os próprios indivíduos não escapam à lei geral da diferenciação interna e da mestiçagem, sendo um dos desafios atuais dos cursos e formação de professores, tem sido promover uma formação intercultural e antirracista, para os mesmos na sala de aula ministrar os saberes de matrizes africanas como por exemplo capoeira, congado, maculelê, samba e pagode.

Na afirmativa de Munanga (2005), a cultura escolar precisar incluir as atividades acima propostas no fazer pedagógico em todo ano letivo, para isso é necessário no início do ano letivo, nas primeiras reuniões pedagógicas com todos professores e atores educacionais, a temática africana configurar-se como um projeto gerador para toda comunidade escolar interna e externa.

Para complementar, Gomes(2011), considera os atravessamentos entre a Lei supracitada com a Educação das Relações Étnico-Raciais, trazendo a capoeira como ação promotora para garantir a formação integral dos alunos, bem como da aquisição dos alunos das dez competências gerais ao longo da educação básica, dentre elas da apropriação de conhecimentos e culturas das matrizes africanas.

A Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil,2004), tem como eixo fundante a aquisição de aprendizagens entre alunos brancos com pretos, pardos e indígenas, buscando trocas de conhecimentos e também ensinando aos alunos a importância de saber conviver com as diferenças na escola, vislumbrando a desconstrução do racismo estrutural e epistêmico.



Ainda propõe a socialização e visibilidade das diversas culturas presente no âmbito regional, estadual e nacional, como por exemplo a capoeira, patrimônio da cultura imaterial afro-brasileira, além de promover a valorização da pluralidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira e representada nas escolas (Gomes,2011).

Os Estudos Culturais inspiram os professores de Educação Física a barrarem as fronteiras entre cultura popular e a acadêmica, ou ainda, entre cultura de elite e cultura de massa, buscando abalar a concepção que a produção do conhecimento pertence ao curso natural da história e sinalizar que os saberes provindos das comunidades escolares também devem ser legitimados (Neira,2011).

Enfim, uma proposta de ensino norteada não somente pelos Estudos Culturais, mas também pelas contribuições do pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo e multiculturalismo não promove a substituição da cultura corporal dominante pela dominada (Neira,2017).

O que se defende é que diversos conhecimentos relativos à cultura corporal de herança africana ainda é excluída na pauta da agenda dos debates escolares, por serem, ao longo dos séculos saberes socioculturais produzidos pelos negros .Também se defende que a cultura corporal dominante seja analisada sob outros ângulos, isto é, tomando por base as crenças epistemológicas não dominantes (Neira,2017).

Segundo Campos (1990) e Abib (2004),é recente a inclusão da capoeira no contexto escolar, primeiramente em razão da sua prática associar a marginalidade e praticadas por sujeitos da etnia negra, em segundo porque na cultura escolar prevalecia na prática pedagógica o ensino dos conteúdos dos esportes.

Na visão de Ávila (2016), a Educação Física escolar tem grande influência enquanto papel principal no foco do desenvolvimento de aprendizagens da construção de competências e habilidades psicomotoras, para toda a vida.

Ainda conforme Ávila (2016) conhecer o próprio corpo, desenvolver consciência corporal, deslocamento espacial e coordenação motora são alguns



ganhos que conseqüentemente irão trazer melhorias para o desempenho nas atividades quando praticadas de maneira gradativa e regular. Embasando no que a Educação Física trabalha para com seus alunos, notamos que a capoeira trabalha tudo isso de maneira integral.

Na perspectiva teórica de Farina (2011) capoeira escolar, é um direito de aprendizagem de todos alunos estabelecido pela BNCC para aulas de Educação Física no ensino na educação básica, o seu ensino na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental favorece o maior aprendizado dos alunos e apropriação de conhecimentos históricos e da aquisição de habilidades dos golpes básicos, das musicalidades da capoeira.

Na perspectiva teórica de Campos (1990), a capoeira na escola está para além do ensino dos golpes e, sim como ação promotora para maior interação de todos alunos na sua prática, visando a educação das relações étnico-raciais e ensinando aos alunos conteúdo de ensino de ancestralidade e historicidade sociocultural de matriz africana.

Dialogando com Abib (2004;2005), a capoeira escolar é excelente ferramenta didático-pedagógica para o professor na sua mediação pedagógica efetivar o cumprimento explícito da Lei nº10.639/03, além de contribuir para (re)construção positiva da identidade étnico-cultural positiva dos alunos, principalmente dos afrodescendentes, cuja escola do passado e do presente não ensinou as contribuições para ciência, cultura e esportes de sujeitos africanos e sua diáspora.

Na perspectiva teórica de Silva (2023), argumenta que a capoeira vem ocupando espaço de destaque nesse contexto e oferecendo contribuições significativas para a inclusão social. Ao discutir sobre a inserção da capoeira na escola, fica aberta discussão sobre o currículo e a maneira que ele é estruturado com a Educação, já que em sua prática não cabe exclusão e preconceitos. Pois, a capoeira vai muito além de um simples jogar os pés para o alto e o chute, ela é um ótimo recurso de ensino para liberdade do estudante, em todas as dimensões humanas.

Seguindo na mesma direção e concordando com a assertiva do historiador Tadeu Mourão (2024), há na sociedade e refletida na escola



importante preconceito com as danças e culturas afro-brasileiras um dos fatores associados é o racismo estrutural, principalmente por serem de herança cultural negra. Dessa forma, na cultura escolar manifestações culturais da negritude, tal como a capoeira, o congado, o samba, o pagode e o funk, todas essas produções sofrem perseguição nas escolas.

De acordo com Silva (2023. p.06), “a capoeira traz aos seus praticantes muitos benefícios, pois enquanto ela aprofunda na sua prática, mais se sincroniza com os movimentos preparando gradativamente o corpo tanto para a luta como para a vida”. Ao ouvir histórias sobre os fundamentos da luta e praticar as atividades, como: aprender a cantar, compassar as palmas, realizar movimentos do jogo da capoeira, tocar instrumentos faz com que as crianças se despertem, estimulando assim o gosto por esse universo.

Ainda, conforme Cacciatore et al (2010), no entanto pode-se pensar que o ensino da capoeira é muito mais do que apenas executar exercícios corporais repetitivos e sem sentido. Neste caso, busca-se estudar as manifestações da cultura corporal, procurando compreender seus aspectos históricos, técnicos, sociológicos, antropológicos, biológicos, enfim, situando-os no contexto social no qual se encontram inseridos e instigando os alunos a realizarem uma leitura de sua realidade.

Segundo Silva e Heine (2008), a capoeira é um esporte rico de cultura e movimento corporal, por isso se encaixa perfeitamente nas exigências da educação física escolar. Os conteúdos da capoeira auxiliam na formação de seres humanos capazes de conviver com as diferenças.

A capoeira desenvolve no estudante habilidades que vão além das capacidades físicas, como é um tema amplo, pode-se trabalhar de forma lúdica, assim brincando, eles tomam consciência de seus corpos e de suas capacidades motoras, facilitando o crescimento cognitivo e afetivo. Exploram muito a psicomotricidade, lateralidade, situam-se no espaço, dominam o tempo, adquirem coordenação de seus movimentos (Cacciatore et al,2010).

O trabalho musical diferencia a capoeira do trabalho intelectual predominante no ambiente escolar e provoca sensações diferentes daquelas que se tem na escrita e na leitura, por meio da musicalidade de viés africano



corroborar para aprendizagem de vários tipos de linguagens conforme estabelece na BNCC (Farina, 2011).

Na proposição de Silva (2023) e Netos e Vasques (2024), a capoeira possibilita a elaboração de trabalho de pesquisa, produção de texto, roda de debate, trabalhos de expressão corporal, encenação teatral, montagens coreográficas, confecções de instrumentos musicais, aprender a tocar instrumentos, a cantar e desenvolver letras de músicas, a roda de capoeira, festivais culturais, movimentos e golpes, vídeos aulas, pinturas e História.

Para pensadora afro-americana Billings (2008), na atual contemporaneidade a cultura ocupa centralidade no currículo escolar, dessa forma o ensino da capoeira escola está dentro da pedagogia multicultural, esse paradigma contempla os alunos afrodescendentes, além de propiciar o ensino culturalmente significativo com aprendizagens essenciais para toda a vida.

Desta forma, ensinar capoeira contribui para os estudantes aprenderem vivências de práticas corporais de movimento humano da história e da cultura de matriz africana, trazida para o Brasil, pelos negros escravizados (Abib, 2010).

Na pesquisa tanto de Andrade (2023), Jesus e Gonçalves (2023) atestam que mesmo sendo a capoeira escolar um dos conteúdos de ensino das unidades temáticas estabelecidas pela BNCC para o seu ensino na Educação Básica, ainda prevalece nas aulas de Educação Física o ensino dos esportes, principalmente da prática do futebol, em seguida o voleibol, handebol e basquetebol.

Segundo Neira (2017), a perspectiva da educação física cultural via de encontro com o ensino de educação física multicultural e em alinhamento com a Lei nº 10.639/03, trazendo à luz possibilidade pedagógica do ensino da capoeira escolar: luta, dança, folclore, educação, lazer e filosofia de vida. No entanto, o fato de estar no ambiente escolar não garante a permanência, quem sabe apenas uma visibilidade inicial.

Na visão de Silva e Heine (2008, p. 43), a capoeira “deve dialogar e interagir com toda sua riqueza de conhecimentos e diversidades de saberes que caracterizam a instituição escolar”, o seu ensino configura-se como ação



promotora para problematizar com os alunos sobre educação das relações étnico-raciais.

O PCN de Educação Física, recomenda a participação de discentes em jogos, lutas e esportes, tudo isso no contexto escolar. Então, porque não utilizar a capoeira, um esporte que é luta, é jogo e dança, para desenvolver competências e habilidades em crianças e jovens (Brasil, 1998).

Segundo Pereira (2023) e Pinheiro (2023) vivências de práticas corporais de movimento humano, objeto de conhecimento da Educação Física engendrada na Lei 10.639/2003, em particular no ensino da capoeira da formação inicial de professores ao ensino básico, é uma proposta de educação descolonizadora e antirracista.

Ainda conforme os autores (2023), vivência racial com conhecimentos africanos e afrodiaspórico, objetiva que estes docentes no seu ofício da docência no ensino na Educação Básica, possa corroborar para que os alunos possam finalizar a Educação Básica com saberes culturais da dança, da música, do samba, do congo, do pagode, da culinária, das suas ciências milenares tradicionais que são contribuições da matriz africana primordial para constituição social do Brasil.

Dialogando com Gomes (2011), o ensino de capoeira no âmbito escolar, além do ensino dos golpes básicos, deve constar o ensino da dimensão histórica e social da capoeira com recorte temporal do período colonial aos dias atuais. Para autora (2011), na mediação pedagógica trazer discussões contemplando a educação das relações étnico-raciais.

Na pesquisa de Pereira e Silva (2023), indicaram ausência do ensino da capoeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, etapa da educação básica primordial para ensino numa perspectiva antirracista e decolonial, pois os alunos apresentam conforme os estudos da psicogenética e da neurociência maior plasticidade cerebral para aprendizagem da capoeira como promotora da educação das relações étnico-raciais.

No entendimento de Pereira (2020), apoiado na perspectiva teórica de Tardif (2014), o ensino da capoeira no contexto da Educação Básica está em descompasso com as orientações da BNCC, devido ao pouco ou nenhuns



saberes experienciais dos professores sobre a capoeira, trazendo implicações no exercício da docência no ensino na educação básica.

Dialogando com Kilomba (2019), Chimamanda (2019) e Almeida (2019), a escola tem sido um espaço para exclusão dos conhecimentos científicos e culturas produzidos pelo continente africano, configurando-se um ensino monocultural e racista. Entretanto para esses mesmos autores, a escola pode ser um espaço de inclusão das culturas e ciências africana e afrodiaspórica, promovendo um ensino culturalmente significativo para os alunos pretos e pardos.

Quadro Teórico-Methodológico

A presente pesquisa teve abordagem qualitativa e de natureza exploratória acerca da Lei nº10.639/03 materializada na capoeira escolar. Em relação aos procedimentos recorreu-se a pesquisa-ação(Thiollent,2018), a técnica de coleta de dados foi através do grupo focal com 12 alunos escolhidos aleatoriamente e para análise dos dados, buscou-se a metodologia da análise do conteúdo (Bardin,2016).O ambiente de pesquisa foi numa escola da rede pública municipal de Teixeira de Freitas-Ba, realizada com 63 alunos, 4º e 5º ano escolar, do turno vespertino, no mês de setembro do ano escolar de 2023, por meio de uma sequência didática de 10 aulas para cada ano escolar.

Resultados e Discussão

Constatou-se no discurso dos alunos sujeitos da pesquisa que nunca tiveram o conteúdo de ensino da capoeira na explicação teórica de Tardif (2018),dentro dos saberes disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais o professor ensina aquilo que ele sabe, para complementar, Campos (1990),destaca que a capoeira na escola contribui para aproximar a escola dos saberes da cultura africana.

Verificou-se nos discursos recorrentes dos sujeitos da pesquisa que no seu contexto sociocultural ausência da prática da capoeira, para análise deste dado coletado Abib (2005), esclarece o papel importante da escola em



assegurar aos alunos conhecimentos e culturas de outros povos e ainda ressalta que a cultura é construída nas relações culturais e sociais.

Verificou-se motivação intrínseca dos alunos para aprendizagem da capoeira escolar para Munanga (2005) e Andrade (2023), no ensino na educação básica brasileira deve contemplar o ensino da Lei 10.639/03 materializado no ensino da capoeira, visando promover uma educação e ensino multicultural e antirracista.

Verifica-se que nos discursos dos 63 alunos participantes da pesquisa, ausência de conhecimentos teóricos acerca da origem da capoeira, na explicação teórica de Kilomba (2019), configurando-se tal cultura escolar uma educação monocultural e eurocêntrica.

Verificou-se nos recorrentes discursos dos sujeitos da pesquisa que “nunca tivemos aulas de capoeira”, uma das possíveis interpretações vai de encontro com a perspectiva teórica de Tardif (2014), a falta de saberes experienciais dos professores, trazendo implicações na sua práxis pedagógica na pesquisa de Silva (2023), também identificou pouco ou quase nenhum ensino da capoeira nas aulas de Educação Física.

Verificou-se que cinco alunas inicialmente não quiseram participar da aula de capoeira por questões de religião, apoiamo-nos na Lei nº 10.639/03, ao estabelecer, a prática corporal de movimento humano expresso na capoeira permite ao aluno reconhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira, nas pesquisas de Pereira (2020) revelou resultado similares, cabendo a interpretação da histórica associação entre a igreja com a educação, apesar do estado laico no território brasileiro, na pesquisa de Pereira (2023), também encontrou tais resultados, além de frisar como aponta Fanon (2008), Diop (2016) e Almeida (2019), o aluno de pele negra veste a máscara branca para certificar sua inclusão no contexto escolar regido pelo branco/currículo, a questão trazida por estes intelectuais é que a escola ainda é espaço de exclusão de práticas pedagógicas afro-indígenas.

Constatou-se que às três professoras regente de turma, participaram das aulas práticas de capoeira e revelaram ter sido o primeiro contato com os conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos da capoeira,



para discussão da resposta encontrada recorreremos ao aporte teórico de Tardif (2014), na sua afirmativa de que o professor ensina os saberes adquiridos em sua formação inicial ou continuada .

Considerações finais

Acreditamos que a presente pesquisa colaborou para aumentar os aportes teóricos sobre a capoeira escolar, sendo saberes fundamentais para os futuros professores no exercício do magistério.

Ainda destacamos que o ensino da capoeira na escola contribui para o cumprimento da lei federal nº 10.639/2003. A pesquisa apontou que a capoeira é uma das unidades temáticas para aulas de Educação Física, entretanto no currículo praticado tem ocorrido descompasso.

O problema de pesquisa tomado para investigação foi amplamente discutido a partir do vasto aporte teórico apresentado e, foi possível a compreensão de que o avançado marco educacional da Lei nº 10.639/03, é potente para trazer à luz os saberes culturais da prática da capoeira cuja origem é matriz africana e sua diáspora presente nas escolas brasileiras.

Sublinhamos que o objetivo traçado foi alcançado ao realizar na escola o ensino de capoeira para os alunos do 4º e 5º ano escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando o cumprimento explícito da Lei nº 10.639/03.

Porém, o seu ensino como aponta Tardif (2014), depende dos saberes curriculares, disciplinares, profissionais e experienciais consolidados na formação inicial ou continuada dos professores, em nossa observação in loco e com base nas pesquisas recentes mostram ausências destes saberes, tendo implicações na prática pedagógica.

Uma das contribuições da presente pesquisa apresentou importante alicerce teórico para gerar estudos e pesquisas para professores de Educação Física.

Uma das limitações da pesquisa foi o atraso da secretaria de educação de Teixeira de Freitas-Ba para iniciar a pesquisa de campo.

Concluimos que em tempos atuais, a capoeira é entendida como patrimônio cultural imaterial do Brasil trazido pelos escravizados; e, eles



conforme mostram no estudo, mantiveram com resiliência e resistência, por mais de cinco séculos, suas memórias coletivas e ancestrais manifestadas na capoeira. E, na escola, o ensino da capoeira corrobora para educação étnico-racial, além de materializar uma educação pluricultural e multiétnica.

Referências

ABIB, Pedro R J. **Capoeira Angola: Cultura Popular e o jogo dos saberes na roda**. Campinas: CMU/Unicamp / EDUFBA, 2004.

ABIB,P.R.J. Capoeira e os diversos aprendizados no espaço escolar.**Revista Motrivivência**, v.2,n.14,p.1-26,2000.

ABIB, J.P.R.J. **Cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas,2004.

ADORNO, Camile. **A Arte da Capoeira**. Goiânia: Portal Capoeira, 2017.

ALENCAR,P.C. ET AL. Desenvolvendo-se com a capoeira na escola:uma revisão sistemática. **Cadernos de Educação Física e Esportes**. v.21,p.1-11,2023.

ALMEIDA, L.; NASCIMENTO, P. R. B. *A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades*. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 13, núm. 3, 2007, p. 91-110.

ALMEIDA, S.L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen,2019.

ANDRADE,G.M. **Estudos socioculturais e comportamentais em Educação Física e Esporte** (Dissertação de Mestrado),Universidade de São Paulo, 2023.

ÁVILA, Alexandra da Silva. **Educação Física na Educação Infantil: O Papel do Professor de Educação Física**. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2016.

BARDIN,L. **Análise do Conteúdo**. 2.ed. São Paulo. Edições 70,2016.

BENITE, A.M.C. et al. **Descolonização de currículos de ciências**. Goiás: Nexo,2020.

BILLINGS,G.**Os guardiões de sonhos: o ensino culturalmente sucedido de crianças**. São Paulo:Autêntica,2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 01/04. Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília,2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. MECSEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. MEC/ CONSED/ UNDIME, Brasília: 2018.



BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Política pública de educação antirracista para formação continuada de professores**. Brasília, 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conhecimentos de educação física*. In: **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias** Brasília. Secretaria da Educação Básica, 2006. Vol. 1, p. 213-239.

CACCIATORE, Rodrigo de Oliveira; CARNEIRO, Nelson Hilário; GARCIA JUNIOR, Jair Rodrigues. *Aprendizagem da Capoeira e Desenvolvimento das Capacidades Físicas de Pré-escolares Por Meio do Lúdico*. **Colloquium Vitae**, jan/jun 2010, v. 02, n. 01, v. 021.

CAMPOS, Helio. (Mestre Xaréu). **Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAMPOS, H. **Capoeira na escola**. Salvador: EDUFBA, 1990.

COSTA, R. S. **Capoeira: O caminho do berimbau**. Brasília: Thesaurus, 1993.

CHIMAMANDA, A.N. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DIOP, C.A. **O pensamento africano no século XX**. 2.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. 3.ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARINA, Sinval. *Pedagogia da Mandinga: A Capoeira como expressão de liberdade no currículo escolar e no mundo da rua*. **Revista Didática Sistêmica**, v. 13, nº 02, 2011 p.94.

GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE. **Caderno de Gestão Escolar para Equidade**. Instituto Unibanco, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. **Portal Geledés**: Instituto Da Mulher Negra, 2011.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Lamparina, 2019.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012/2021.

JESUS,.; LOPES. 20 anos da lei 10.639/03: pensar uma educação das relações étnico-raciais para além do capital. **Revista Boletim de Luta**. v.16,n.182,p.1-22,2023.

KILOMBA,G. **Memórias da plantação:episódios de racismo no cotidiano**. São Paulo: Cobogó,2019.

MOURÃO,T.O que há por trás do preconceito com as religiões afro-brasileiras?. **Entrevista ao Site Terra**. São Paulo.3 de Junho de 2024.

MUNANGA,K. **Superando o racismo na escola**. Brasília, 2005.

NEIRA, M. G. **Análise da produção discursiva sobre o currículo cultural da Educação Física**. 2017. 97f. Relatório de Pesquisa. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 2017.

NEIRA, M. G. **Educação física:desenvolvendo competências**.3 ed. São Paulo: Phorte, 2011.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Contribuições dos Estudos Culturais para o currículo da Educação Física*. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 33, n. 3, pp. 91-106, 2011.

NETO,F.P.M.; VASQUES,D.G. **Lutas na escola:reflexões e possibilidades metodológicas**. Porto Alegre: GOSEO,2024.

NUNES, Hugo César B. **O jogo da identidade e diferença no currículo cultural da Educação Física**. 2018. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2018

PEREIRA, C.L. **Filmografias antirracista**. Curitiba: Bagai, 2023.

PEREIRA, C.L. Descolonização dos currículos de professores da área de Ciências da Natureza: rumo a educação e currículo antirracista. **Revista RSD**. v.9, v.8, p-1-21, 2020.

PEREIRA,C.L.; SILVA,H.G.F. **O ensino de capoeira nos anos iniciais do ensino fundamental numa escola pública de Teixeira de Freitas-Ba (Trabalho de Conclusão de Curso)**, Universidade Estadual da Bahia, 2023.

PINHEIRO, B.C. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023.

POSSER,A.B.; FIGUER,K.M.; CORDEIRO,G.R. A capoeira como prática educativa no contexto escolar. **Caderno Intersaberes**. v.13,n.45,p.1-13,2024.

Rêgo, W. **Capoeira Angola: ensaio etnográfico** 2. ed. Rio de Janeiro: MC&G, 2015.



REIS, R. Capoeira: uma cultura histórica. **Anais** do Simpósio de Educação Física. São Paulo, 2010.

SILVA, G. O.; HEINE, V. **Capoeira: um instrumento Motor para a cidadania**. São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, P.C.C. *Capoeira nas aulas de educação física: alguns apontamentos sobre processos de ensino-aprendizado de professores*. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 33, n. 4. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, A.P.M. Capoeira nas escolas: práticas e aplicações nos anos iniciais do ensino fundamental. **CONEDU**, p.1-11, 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Sobre os Autores

Carlos Luís Pereira

clpereira@uneb.br

Professor com licenciatura plena em Educação Física, Pedagogia, Matemática e Ciências Biológicas cursadas no Centro Universitário de Minas Gerais e Matemática pela Faculdade Única de Ipatinga - MG. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul - São Paulo. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB), Universidade Federal do Espírito Santo. Professor na Universidade Estadual da Bahia, Campus X, Teixeira de Freitas-Colegiado de Educação Física.

Lucas Souza Brites

lucasbrites2@gmail.com

Licenciando em Educação Física pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X. Teixeira de Freitas- B.

Hiosney Gerônimo Farias da Silva

h.muzenza7@gmail.com

Licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia.

Ceciliano Souza Rocha

cecilsou@gmail.com



Licenciado em Educação Física. Universidade Vila Velha (UVV). Pós-Graduação em Educação Especial. Professor da Rede Pública de Ensino da Grande Vitória- ES. Co- orientando do professor PhD. Carlos Luis Pereira.

Sildemar Estevão Venâncio

Licenciado em Educação Física. Professor de Educação Física, Especialista no ensino das Ciências e Técnicas do Basquetebol. Professor Universitário na Cidade de Ipatinga- MG.

345

Neli Regina Corrêa Venâncio

Licenciada em Educação Física. Especialista na área de Educação Psicomotora. Professora na Rede Municipal de Educação de Ipatinga-MG.

